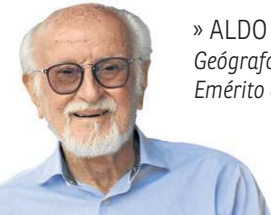


Brasília, a capital que se expande geograficamente em 65 anos



» ALDO PAVIANI
Geógrafo e professor
Emérito da UnB

Comparativamente, com base na Teoria dos Fenômenos Urbanos, Brasília inscreve-se entre as cidades jovens, pois foi inaugurada em abril de 1960, e, por isso, em termos comparativos, Brasília é uma “criança”. As cidades de Roma, Paris, Berlim, Atenas, Moscou, Londres e outras marcam idades que remontam ao passado, por vezes, muito longínquo. Todas elas implantaram os sistemas viários, de circulação de veículos, de abastecimento, de habitação, e podem se dizer seguras, segundo o capital investido em todas as atividades, sobretudo em segurança.

Todavia, o aparato de guerra das grandes potências é cuidadosamente atualizado e mantido em prontidão para eventualidades e emergências que possam aparecer. Aqui e ali, surgem conflitos que duram muitos anos, por vezes décadas, sem previsão para acabarem. Contudo, a máquina de guerra — isto é, os fabricantes de armas e munições — se põem em alerta constante, pois, para esses, guerras significam lucros financeiros; e há os que desejam o fim dos conflitos e esperam que a paz seja duradoura em todos os quadrantes do planeta, por mais utópica que essa medida seja.

Situada no Hemisfério Sul, a capital do Brasil havia sido imaginada para estar longe de possíveis

atividades bélicas, a partir do mar. Na estratégia bélica de então, a capital estaria a salvo de bombardeios navais se fosse construída no interior do país, aspiração existente desde o Império brasileiro. Em séculos anteriores, era pensado que a capital do Brasil seria construída no interior para evitar bombardeios vindos do Oceano Atlântico. Hoje, essa estratégia ficou superada, porque nenhuma cidade está livre de possíveis movimentos armados, mesmo de grandes distâncias. Igualmente, pensava-se em medidas outras porque há mísseis com alcance variado, o que muda qualquer estratégia militar, que precisa ser levada em conta, na defesa e no ataque.

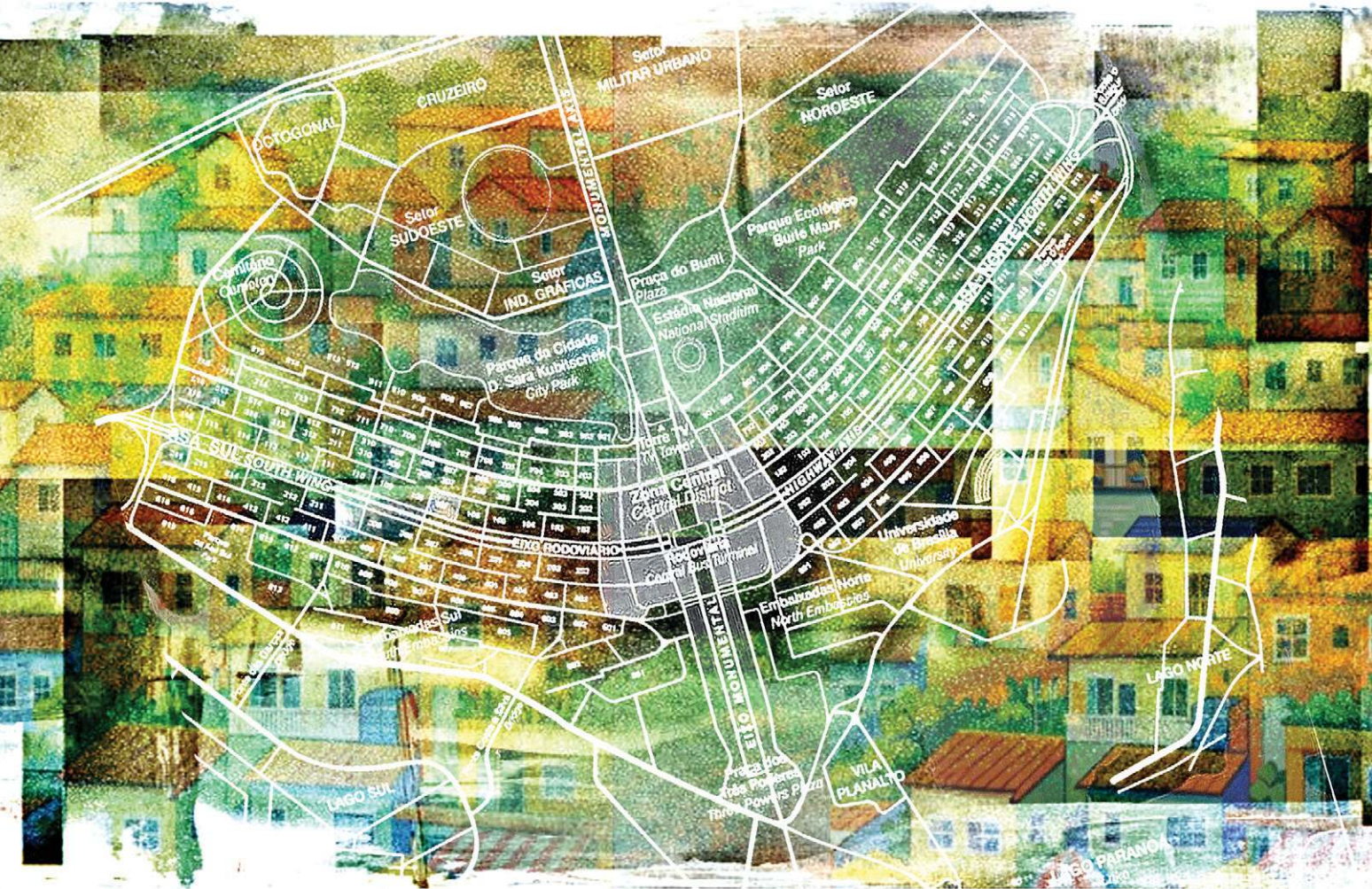
Por outro lado, a preocupação dos que moram em Brasília não é mais sobre movimentos armados, mas onde se pode obter um terreno ou um contrato de aluguel de uma casa para morar. Há dificuldade para famílias obterem uma moradia ou conquistarem um lugar para dizer que é seu. Outros fatores existem, como o alto valor dos terrenos ou da casa já pronta, pois o mercado imobiliário é inacessível ao trabalhador comum que ainda luta pela casa própria. Ademais, tanto o setor privado quanto o público não dispõe de projetos habitacionais de longa duração, porque desejam operações não muito distantes para poder usufruir dos resultados dos investimentos. Então, sequer se sabe a demanda atualizada e real da casa própria.

A estratégia adotada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) foi construir anexos nos núcleos urbanos existentes ou criar espaços habitacionais para alojar as famílias que buscam um teto. Dados divulgados pela mídia informam que a necessidade de habitação para zerar o déficit

habitacional é de cerca de 100 mil novas casas. Imaginam os meios de comunicação e os que se ocupam com esse mister que, no tempo exíguo que se tem, será praticamente impossível atender aos que chegam a Brasília ou as novas famílias que se formam no DF. Parênteses para informar que o Distrito Federal ultrapassou os 3 milhões de habitantes, o que faz a capital ser uma das grandes cidades brasileiras (segundo estimativas, é a terceira).

Ao chegar a esse patamar, imagina-se que Brasília deverá implantar um robusto sistema de transportes para deixar à disposição locais e vias (pistas) para facilitar o transporte da população de um lugar para outro, pois o trânsito se apresenta congestionado nas primeiras horas da manhã e ao fim do dia. Ademais, os transportes urbanos devem atender à população do chamado Entorno, que nada mais é do que um espaço criado pela população que saiu do DF pelas condições adversas, como aluguéis elevados e habitações prontas com preços também elevados.

Assim sendo, as famílias procuraram se instalar fora do “Quadrado”. Por essa razão, afirma-se que os núcleos urbanos Cidade Ocidental, Valparaíso, Luziânia, Águas Lindas de Goiás e outros municípios formam a Região Metropolitana de Goiás, já decretada pela Assembleia Legislativa de Goiás. Por ser equivocado, deve-se evitar fazer referência à “Área ou Região Metropolitana de Brasília”. O DF tem um impedimento para formar uma área ou região metropolitana por ter só um município, que é Brasília. Não há região ou área metropolitana com um único município, segundo a Constituição de 1988.



Lei Maria da Penha: proteção que independe de casamento



» RUDYARD RIOS
Juiz de paz pelo Tribunal de
Justiça do Distrito Federal e
Territórios (TJDFT)

Ainda persiste, entre operadores do direito e parte da sociedade, o mito de que a Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, só se aplica quando há casamento ou coabitação formal entre agressor e vítima. Esse equívoco, fruto de uma leitura ultrapassada que entrelaça indevidamente o direito de família ao direito penal, produz graves lacunas de proteção, sobretudo diante da multiplicação contemporânea de vínculos afetivos, inclusive episódicos ou não presenciais.

Ao mesmo tempo, é imprescindível reconhecer que a tutela da mulher vítima de violência deve conviver com as garantias fundamentais do processo penal. O Estado de Direito exige que a responsabilização criminal esteja apoiada em elementos mínimos de autoria e materialidade, sob pena de erosão da própria legitimidade do sistema de justiça.

Nesse contexto, a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no agravo regimental

no recurso especial 3.007.741/AM (*Diário de Justiça Eletrônico*, 4/10/2025), relatada pela ministra Marluce Caldas, que manteve absolvição por insuficiência probatória, tornou-se emblemática. Para alguns, representa retrocesso; para outros, reafirmação das garantias penais. Sustento que a Lei Maria da Penha não condiciona sua incidência ao casamento ou à coabitação, e que a observância rigorosa do devido processo legal não enfraquece, ao contrário, fortalece sua legitimidade.

A própria lei é clara ao abranger a violência praticada no âmbito de “relação íntima de afeto, independentemente de coabitação”. O dispositivo rompeu, de forma deliberada, com a ideia de que apenas vínculos formais ou duradouros justificariam proteção jurídica. A Constituição de 1988, por sua vez, ao determinar a proteção da família como base da sociedade, não a restringiu ao casamento ou à união estável. Convenções internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), reforçam o dever estatal de erradicar a violência de gênero em todas as suas manifestações.

A jurisprudência consolidada do STJ e dos tribunais estaduais reconhece a aplicação da Lei Maria da Penha a relações de namoro, ex-namoro ou vínculos breves, desde que caracterizada a relação íntima de afeto. O debate suscitado pela recente decisão não reside propriamente na correção técnica do julgamento, mas na dificuldade estrutural

de produção de prova em crimes praticados no âmbito privado, marcados por assimetrias emocionais, afetivas e, muitas vezes, econômicas.

A violência doméstica não é um crime comum: é relacional, silenciosa e estrategicamente praticada longe de testemunhas. Exigir da vítima provas que, por natureza, ela não tem condições de produzir pode significar inverter o ônus social da dor. Não se trata de relativizar garantias penais, mas de reconhecer que elas não podem operar como licenças institucionais para a impunidade.

Como juiz de paz, que acompanha cotidianamente a realidade das relações afetivas no Brasil, observo que a violência não começa nem termina com o casamento. Defender a aplicação da Lei Maria da Penha fora dos vínculos formais é assegurar que o direito acompanhe a realidade, e não o contrário.

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a controvérsia com repercussão geral atualmente em pauta, terá a oportunidade de definir se a proteção da lei pode alcançar situações de violência de gênero mesmo fora das relações domésticas, familiares ou de afeto. Mais do que interpretar um dispositivo legal, estará em jogo a própria compreensão constitucional da violência contra a mulher.

A Lei Maria da Penha é um marco civilizatório. Sua força reside justamente em reconhecer que a dignidade da mulher não depende da forma do vínculo, mas da necessidade concreta de proteção.

Pelo diálogo e soberania das Ilhas Malvinas argentinas



» GUSTAVO MENON
Doutor e docente em Integração da
América Latina pelo Prolam-USP e
coordenador do curso de relações
internacionais na Universidade
Católica de Brasília (UCB)

No último dia 16, celebrou-se o 60º aniversário da aprovação da Resolução 2065 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, marco fundamental no tratamento multilateral da questão das Ilhas Malvinas, ao reconhecer a existência de uma disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido e a qual convida ambos os países a buscar uma solução pacífica por meio de negociações bilaterais, levando em conta os interesses dos habitantes das ilhas.

Na condição de sucessora da Espanha, após as Guerras de Independência e conforme estabelecido pelo princípio do direito internacional do *uti possidetis iuris*, desde o início do processo de independência em 1810, com a Revolução de Maio, a Argentina exerceu, de forma contínua, seus direitos sobre os arquipélagos localizados na região. Os primeiros governos nacionais das Províncias Unidas consideraram as Ilhas Malvinas parte integrante de seu território em diversos atos administrativos, reafirmando sua soberania sobre elas.

A título de exemplo, em 6 de novembro de 1820, o coronel do Exército Argentino David Jewett tomou posse das Ilhas Malvinas em nome das Províncias Unidas do Rio da Prata, hasteando, pela primeira vez, a bandeira argentina no arquipélago. Além disso, o governo argentino passou a editar regulamentos e estabelecer estruturas legais e administrativas que consolidaram o pleno exercício de sua soberania, promovendo o desenvolvimento de atividades comerciais e o assentamento e auxílio à população.

No entanto, em 3 de janeiro de 1833, esse exercício efetivo da soberania foi interrompido por um ato de força unilateral realizado pelo Reino Unido, que ocupou ilegalmente as ilhas e expulsou as autoridades argentinas legítimas e a população ali instalada. Com essa usurpação, cometida em afronta ao direito internacional, a integridade territorial da Argentina foi violada, situação que foi imediatamente rejeitada e contestada, sem que qualquer governo argentino tenha consentido com ela ao longo de mais de 190 anos.

Vale ressaltar que as Ilhas Malvinas foram ocupadas ilegalmente por forças britânicas, que desalojaram as autoridades argentinas legitimamente estabelecidas no local, reforçando os traços coloniais do Império britânico. Por parte do Brasil, de modo contínuo, a posição favorável à soberania da Argentina remonta a 1833, quando o embaixador brasileiro em Londres foi instruído a coadjuvar o protesto argentino junto ao governo britânico pela ocupação arbitrária, ilegal e colonial das ilhas.

Desde então, persiste uma disputa entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, conforme reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 2065 (XX), adotada em 1965. Nesse sentido, a ONU indicou que a forma de pôr fim à situação colonial especial e particular da questão das Ilhas Malvinas deve ser uma solução pacífica e negociada entre as partes envolvidas.

Em atendimento à referida resolução, desde 1966 ambos os países conduziram negociações para alcançar uma solução na disputa de soberania. No entanto, apesar das inúmeras tentativas da Argentina e dos apelos da ONU e de outros canais de diálogo, o Reino Unido recusa-se sistematicamente a retomar as negociações.

Por sua vez, a comunidade internacional, em diversos espaços, reiterou a necessidade de retomar as negociações bilaterais o mais rápido possível, conforme expresso em resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e em numerosas resoluções de sua Comissão Especial de Descolonização, bem como em diversas declarações de fóruns regionais e multilaterais, como o Grupo dos 77 e a China, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Organização dos Estados Americanos (OEA), as Cúpulas Ibero-Americanas, o Parlasul, o Parlacen, o Fórum de Cooperação América do Sul-África (ASA) e a Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), sempre com o amplo apoio de sucessivos governos brasileiros em diferentes contextos.

Em 4 de novembro de 1982, a Assembleia Geral da ONU adotou, por esmagadora maioria, a Resolução 37/9, poucos meses após o fim do conflito do Atlântico Sul, estabelecendo que o conflito não alterou a natureza da disputa de soberania nem a resolveu. Nesse contexto, o próprio texto constitucional argentino, elaborado após o período ditatorial e a Guerra das Malvinas, estabelece que a recuperação do exercício efetivo da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos e insulares correspondentes, conforme o direito internacional e respeitando o modo de vida de seus habitantes, é um objetivo permanente e irrenunciável do povo argentino.

Precisamos reafirmar os direitos argentinos sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e as áreas marítimas circundantes, bem como a busca por um Atlântico Sul desmilitarizado, livre de armas nucleares e consolidado como zona de paz e cooperação. Em 2026, o Brasil assumirá a presidência da Zopacas (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), ocasião em que será estratégico apoiar, mais uma vez, o legítimo pleito do povo argentino.

Para nós, latino-americanos, reafirmar a soberania das Malvinas e de seu entorno por parte da Argentina significa afastar qualquer ingerência de forças extrarregionais e eliminar resquícios (neo)coloniais no Atlântico Sul.